

HIERARQUIA LINGUÍSTICA E  
EPISTÊMICA: REFLEXÕES A CERCA  
DA AMÉRICA LATINA

LINGUISTIC AND EPISTEMIC  
HIERARCHY: REFLECTIONS ON  
LATIN AMERICA

Tomasz Rudowski

Samuel Figueira-Cardoso

HIERARQUIA LINGUÍSTICA E EPISTÊMICA: REFLEXÕES A  
CERCA DA AMÉRICA LATINA

LINGUISTIC AND EPISTEMIC HIERARCHY: REFLECTIONS ON  
LATIN AMERICA

Tomasz Rudowski<sup>1</sup>

Samuel Figueira-Cardoso<sup>2</sup>

RESUMO

Existem inúmeras hierarquias que estabelecem relações dentro do sistema capitalista. No discurso dominante de ciência e conhecimento, há uma tendência a atribuir aos territórios e comunidades da América Latina uma posição periférica ou atrasada, receptores no ciclo produtivo e na circulação do conhecimento disseminado a partir de um centro. Uma região onde não se produz conhecimento científico e tecnológico original e inovador em nível global. O objetivo deste artigo é explorar a hierarquia linguística e epistêmica na América Latina, com particular atenção às línguas e às políticas linguísticas na região amazônica. O estudo é de natureza qualitativa, tendo como método a pesquisa bibliográfica, centrando-se na discussão teórica em torno das noções de hierarquias globais (GROSFOGUEL, 2008), ordem linguística internacional (TORTOSA, 1982), epistemologia do sul (SANTOS, 2016), glotopolítica (GUESPIN, MARCELLESI, 2021) e outros. Deste modo, problematizamos a dimensão

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política e Professor adjunto no Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia. Cientista político com forte foco na América Latina. Academia.edu: <https://uw.academia.edu/TomaszRudowski> ORCID: 0000-0001-8723-3058.

<sup>2</sup> Doutorando em Linguística na Escola Doutoral de Humanidades da Universidade de Varsóvia e docente do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da mesma universidade. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2217498690028589> ORCID: 0000-0003-0680-458X.

estrutural e relacional de poder e como as hierarquias influenciam a política linguística para as línguas na América Latina.

Palavras-chave: língua; política; hierarquia; epistemologia; região amazônica.

## ABSTRACT

There are numerous hierarchies that determine relations within the capitalist system. In the dominant discourse on science and knowledge, there is a tendency to attribute a peripheral or backward position to Latin American territories and communities, recipients in the cycle of production and circulation of knowledge disseminated from a center. A region where original and innovative scientific and technological knowledge is not produced at a global level. The aim of this work is to study the linguistic and epistemic hierarchy in Latin America, with special attention to languages and language politics in the Amazon. It is a qualitative study with bibliographic research as method, focusing on the theoretical discussion around the notions of global hierarchies (GROSFOGUEL, 2008), international linguistic order (TORTOSA, 1982), epistemology of the South (SANTOS, 2016), glotopolitics (GUESPIN, MARCELLESI, 2021) and others. In this way, we problematize the structural and relational dimensions of power and how hierarchies affect language politics for languages in Latin America.

Keywords: language; politics; hierarchy; epistemology; Amazon.

## INTRODUÇÃO

A diversidade e complexidade linguística e epistêmica da América Latina é marcada por uma teia intrincada de relações de poder e aspectos socio-históricos, que tem repercussões particulares na configuração das línguas e das políticas linguísticas na Amazônia brasileira. Este panorama nos conduz a uma pesquisa sobre como tais dinâmicas influenciam na promoção dos direitos linguísticos, na proteção, retomada, revitalização das línguas indígenas e na produção de conhecimento nas culturas e nas línguas faladas no Brasil. Em meio a esse contexto, emerge a pergunta de pesquisa central deste estudo: “Como se manifesta a dimensão estrutural e relacional de poder e de que maneira as

hierarquias afetam a política linguística para as línguas minorizadas na América Latina, especialmente no caso da Amazônia legal?”

Visando contribuir para responder essa pergunta, de forma não exaustiva, propomo-nos neste artigo analisar as fontes de hierarquia dentro de um sistema global, particularmente focando em uma língua hegemônica que detém privilégios na produção cultural, científica e social em uma escala global. A inspiração para esta pesquisa advém das observações sobre as interseções entre linguagem e política, áreas de interesse para os autores deste artigo.

Metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e é caracterizada como bibliográfica. Recorremos à revisão da literatura pertinente, que, segundo Paiva (2019), transcende a mera busca por informações, possuindo um objeto de estudo claramente delineado. Neste percurso, são fundamentais os conceitos de dependência e autonomia, bem como as contribuições teóricas de Ramón Grosfoguel (2008), José M. Tortosa (1982), Boaventura de Sousa Santos (2016), Catherine Walsh (2008) e Louis Guespin e Jean-Baptiste Marcellesi ([1986] 2021). Estas abordagens teóricas nos permitirão problematizar as relações de poder e as dependências nas decisões políticas relacionadas às línguas e culturas dos países latino-americanos.

## A(S) LÍNGUA(S) NAS RELAÇÕES DE PODER E DEPENDÊNCIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Há um conjunto de relações saber/poder que privilegia um determinado olhar ou representação do mundo tido como universal, deslocalizado e aplicado sem questionamentos, produzindo o discurso que enquadra, tradicionalmente, a América Latina como uma área onde não se produz conhecimento científico e tecnológico original e inovador em nível global. Na geopolítica do conhecimento (MIGNOLO, 2011), os pesquisadores de regiões metropolitanas do mundo, em particular do norte global, têm o

privilégio epistêmico de articular e moldar discursos (SHAHJAHAN et al., 2022; MENESES, 2013).

No discurso dominante da ciência e produção de conhecimento, há uma tendência a atribuir aos territórios e comunidades da região latino-americana uma posição periférica ou atrasada, isto é, como meros receptores no ciclo produtivo global e na circulação do conhecimento disseminado a partir do centro anglo-euro-americanos (por exemplo: Estados Unidos da América e Europa). São inúmeras as hierarquias que estabelecem relações de dependência dentro do sistema capitalista (CHAUCA et al., 2021, p. 7-8).

A ordem linguística internacional é uma hierarquia quase feudal que reflete e perpetua a estrutura imperial. Segundo Tortosa (1982), cultura, língua e ciência podem se tornar os instrumentos mais úteis para manter o império, a força do centro. Deve-se lembrar que cada país é composto por um centro, um grupo intermediário e uma periferia. O império é uma estrutura vertical – alguns ficam em uma fileira mais alta, estendendo seu escopo e em uma posição central no esquema geral. Outros na parte inferior e periférica. Estamos lidando aqui com relações de troca desigual de bens, símbolos, prestígio, poder e produção e disseminação do conhecimento.

Johan Galtung (1971) explicava essa desigualdade pelo fato de haver uma convergência de interesses entre o centro do Centro (superpotências) e o centro da Periferia (as elites dos países menos desenvolvidos), e a existência simultânea de contradições na esfera interna de cada país entre os respectivos centros e suas periferias. A explicação da ordem atual, incluindo a ordem da linguagem internacional, é que a contradição entre o centro e a periferia do Centro é menor do que entre o centro e a periferia da Periferia. Isso pode justificar a abordagem do tema da ordem linguística internacional no contexto da compreensão do problema das línguas minorizadas, mas podemos ir além e aplicar esse entendimento às línguas indígenas faladas na América Latina, pois as decisões políticas são tomadas por instâncias e pessoas falantes das línguas hegemônicas.

Os países centrais têm culturas e línguas com falantes em diferentes regiões do mundo – algumas línguas hegemônicas são chamadas de línguas pluricêntrica (cf. BAXTER, 1992) –, os países periféricos não têm (TORTOSA, 1982; 1986) e muitos ainda têm uma língua oficial imposta resultado do contato (e conflito) com falantes de línguas europeias. Isto pode ser visto claramente nas publicações científicas de grande prestígio internacional. Por exemplo, na plataforma *Web of Science* em 2020, 84% dos pesquisadores da região ibero-americana decidiram publicar seus trabalhos em inglês e não em espanhol ou português (OEI, 2021; TORTOSA, 1986). No contexto de ensino aprendizagem, Barzotto (2018) aponta que em matérias jornalísticas em português e espanhol é frequente o discurso de que latino-americanos e africanos não aprendem. Além disso, muitas dessas línguas são consideradas “marginalizadas” ou “minoritárias”, o que significa que elas são pouco valorizadas e têm pouco ou nenhum reconhecimento oficial. Isso pode levar ao seu desaparecimento, pois as gerações mais jovens podem optar por aprender as línguas mais valorizadas socialmente e economicamente, como o espanhol ou o português, em vez de continuar a falar sua língua materna (cf. NARDI, 2010; QUISPE-COLLANTES, 2022).

É necessário mencionar aqui, seguindo Ramón Grosfoguel (2008), a hierarquia epistemológica que privilegia o conhecimento e a cosmologia ocidentais sobre os não ocidentais, e está institucionalizada no sistema universitário global, bem como a hierarquia linguística entre línguas europeias e não europeias, que privilegia as primeiras na comunicação e na produção de conhecimentos teóricos, subordinando às segundas como produtoras apenas de folclore ou cultura (popular), mas não de conhecimentos acadêmicos ou teorias (cf. MIGNOLO, 2000); vê-se assim que é pela linguagem que o poder político e econômico era/é exercido na língua, na cultura e cosmovisão do branco, construindo-se assim países com desigualdade social (FIGUEIRA-CARDOSO; DUBIN, 2022). Dados de vários estudos sugerem que o denominador comum com o qual os pesquisadores parecem concordar é que as línguas minoritárias são destinadas ao espaço privado com

transmissão preferencialmente oral e não são valorizadas no setor público. Sob outra perspectiva, recebem pouco ou nenhum status constitucional, de modo que o governo se distancia de garantir qualquer tipo de planejamento ou reconhecimento linguístico, marginalizando os povos que os falam, criando diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas (MÉNDEZ, 2013).

Deve-se notar que a teoria da dependência, juntamente com suas relações centro-periferia, continua e refina sua abordagem global para entender a evolução do capitalismo como economia e ordem mundial. As relações de dependência e as relações periféricas são também recriadas dentro do Estado, criando assim centros internos e periferias internas (GALTUNG, 1971; RUDOWSKI, 2018). Para se quebrar esse círculo de dependência, uma ferramenta útil é a descolonização, decolonialidade e epistemologia do Sul (SANTOS, 2016), a interculturalidade (WALSH, 2008), numa visada glotopolítica (GUESPIN E MARCELLESI, [1986] 2021).

Na América Latina, pensar política(s) linguística(s) é particularmente relevante devido à diversidade linguística presente na região, que inclui línguas indígenas, línguas afro-latino-americanas e línguas coloniais, como o espanhol e o português. Entretanto, essa diversidade linguística nem sempre é valorizada e promovida de forma equitativa. Muitas vezes, as línguas indígenas e afro-latino-americanas são marginalizadas e discriminadas em relação às línguas coloniais, o que leva à sua desvalorização e, conseqüentemente, à sua extinção. Uma das principais razões para essa marginalização é o fato de que as línguas coloniais foram impostas como línguas oficiais e continuam a ser usadas como principal meio de comunicação do Estado com o cidadão e exercem prestígio e poder na maioria dos países latino-americanos (GROSFOGUEL, 2008). Isso leva à exclusão das línguas indígenas e afro-latino-americanas das esferas públicas e institucionais, como a educação escolar, a mídia e a administração pública. Para combater a marginalização das línguas indígenas e afro-latino-americanas e promover a diversidade linguística na América Latina, é necessário implementar políticas linguísticas que garantam o direito às línguas desses

grupos étnicos e que promovam o seu uso e desenvolvimento em todas as esferas da sociedade (CHIRIBOGA, 2006; SUAUI, 2021).

## HIERARQUIA LINGUÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

A hierarquia linguística é a relação de valor e prestígio atribuída a diferentes línguas em uma sociedade, enquanto a hierarquia epistêmica se refere à valorização e legitimação de conhecimentos produzidos em diferentes línguas e por diferentes grupos sociais (GROSFOGUEL, 2008). Essas hierarquias estão intrinsecamente ligadas e podem reforçar o poder e o status de certos grupos em detrimento de outros.

No caso latino-americano, a hierarquia linguística e epistêmica é fortemente influenciada pelo legado da colonização europeia – Espanha e Portugal. Nesse sentido, Hall (2000, p. 49), aponta que “a formação de uma cultura nacional contribui para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional”. Nasci então com a língua imposta pelo colonizador uma hierarquia em desfavor às línguas autóctones.

Essa hierarquia linguística também tem implicações para a hierarquia epistêmica, pois valoriza os conhecimentos produzidos em línguas coloniais em detrimento dos conhecimentos produzidos em línguas indígenas e afro-latino-americanas. Isso reflete a desvalorização das culturas e saberes desses grupos e perpetua a opressão e a desigualdade entre eles e os grupos privilegiados. Para combater essa hierarquia linguística e epistêmica, é necessário implementar políticas que promovam a diversidade linguística e epistêmica e garantam o direito às línguas e saberes das comunidades indígenas e afro-latino-americanas (cf. CHIRIBOGA, 2006; COSTA; FIGUEIRA-CARDOSO, 2022).



Sabendo disso, o investimento em programas de alfabetização, ensino de línguas indígenas, financiamento para a documentação e descrição destas, além da criação de mecanismos para garantir a inclusão dessas comunidades nos processos de produção e disseminação do conhecimento, é fundamental para preservar a riqueza e diversidade cultural e epistêmica desses povos. Não menos relevante é a promoção da valorização e legitimação dos saberes e práticas indígenas, o que contribui para o reconhecimento de suas singularidades culturais. No contexto das políticas linguísticas indígenas, a revitalização e retomada linguística são conceitos cruciais que devem ser cuidadosamente definidos, uma vez que impactam diretamente os projetos a serem desenvolvidos. Rubim, Bomfim; Meirelles (2022, p. 159-160) discutem esses conceitos, ressaltando que a definição correta “tem reflexos nos projetos que podem ser desenvolvidos quanto ao levantamento dos objetivos e das ações que serão implementadas a partir de situações específicas”. Nesse sentido, adotamos a perspectiva desses autores, para quem o termo *retomada* é empregado para designar políticas que visam recuperar línguas que não são mais faladas, mas cuja memória ancestral ou registro escrito ainda persistem.

Apoiando-se em Maher (2016), juntamo-nos aos autores que interpretam a revitalização e retomada linguística como “manutenção da continuidade – ou o retorno de seu uso em suas novas configurações estruturais, lexicais e discursivas” (MAHER, 2016, p. 64). Assim, os projetos de revitalização e retomada, ou outras denominações originadas da perspectiva indígena, refletem ações políticas intrinsecamente vinculadas ao reconhecimento, à legitimação e à autoestima desses povos (cf. OLKO; SALLABANK, 2021). Esses esforços são vitais para a preservação das línguas indígenas e a promoção de uma participação significativa dessas comunidades no cenário cultural e educacional mais amplo.

Ao analisar de forma breve o contexto da América Latina e no Caribe, observamos que são faladas aproximadamente 560 línguas indígenas, 20% estão em sério perigo de extinção, e 26% das comunidades linguísticas foram perdidas nas últimas décadas

(SCHMELKES, BALLESTEROS, 2020, p. 5). Com exceção do México, o chamado subcontinente latino-americano, há 103 línguas transfronteiriças, como a língua quéchua, falado em sete países diferentes, ou o aimará, presente em quatro países (CEPAL, 2020; BANCO MUNDIAL, 2015). Deve-se saber que o termo “quéchua” é de origem colonial, abrangendo toda uma família de línguas, com variedades e subvariedades que não costumam se autodenominar “quéchua” (QUISPE-COLLANTES, 2022). Surge o questionamento: O que essa diversidade linguística significa para a região?

Sem a pretensão de fornecer uma resposta hipotética ou numérica de forma taxativa, partilhamos da posição de Andreu Suau (2021) que essas línguas são uma espinha dorsal e fator integrador nas relações inter-regionais dentro do mesmo país e no exterior. Apesar disso, várias linhas de evidência sugerem que a ausência de reconhecimento legal e efetivo, de formação e valorização adequadas e de uma agenda política que busque amenizar as desigualdades sociolinguísticas tem levado ao seu desuso e morte com podemos contatar nos estudos de Miranda de Oliveira e Figueira-Cardoso (2022) que discutem a educação escolar indígena no Brasil em diferentes períodos e históricos e outros autores (SUAU, 2021; SCHMELKES, BALLESTEROS, 2020). As políticas nacionais de cada estado membro da Comunidade Ibero-Americana de Nações, o organismo internacional que quer a promoção da cooperação e o desenvolvimento entre os países ibero-americanos, em relação à proteção das línguas minoritárias são diversas. A sua presença ou ausência varia consoante o país, embora se possa observar uma tendência para um maior reconhecimento.

Nessa linha, cabe destacar a oficialização dos Guaraní no Paraguai, na Bolívia e na província de Corrientes (Argentina). Deve ser mencionada a Academia de Língua Guaraní no Paraguai, sua criação em 2012 foi um marco histórico, pois foi a primeira do gênero nas Américas (SIPPEL, 2021). Do mesmo modo, o aimará também é constitucionalmente considerado língua oficial na Bolívia (2009), que oficialmente é o Estado Plurinacional, e no Peru (1993). Assim como, existem alusões semelhantes à proteção das línguas minoritárias na Constituição do México, na da Colômbia (SUAU, 2021) e o direito ao

uso e educação escolar na língua indígena como está explícito na Constituição do Brasil de 1988. Contudo, Cisneros-Estupiñan e Mahecha-Bermúdez (2020, p. 188) salientam que na Colômbia a ausência de políticas linguísticas ao longo da história do país resultou no desaparecimento progressivo de línguas como a muisca, uma língua geral que desapareceu no século XVIII. Uma ausência que perdura com “mais da metade das línguas oficiais da Colômbia, de acordo com sua Constituição Política, estão sendo perdidas”. O mesmo cenário se passa com a língua geral Amazônica e a situação sociolinguística da Amazônia como veremos na última seção deste trabalho.

## LÍNGUAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: SOBREVIVÊNCIA, LEGISLAÇÃO E ATIVISMO

A retomada e revitalização das línguas dependem de decisões governamentais que permitam aos seus falantes uma participação ativa no cenário político-econômico e que tenham acesso a uma educação escolar indígena competente. Contudo, não pode ser uma decisão arbitrária, mas se deve privilegiar projetos que nascem nas aldeias, como discutido anteriormente neste trabalho. Na mesma linha, ancorados em Méndez (2013) e Olvide (2008) argumentamos que os processos necessários para sustentar a sobrevivência dessas línguas podem ser compreendidos a partir fatores de documentação, difusão, comunicação, formação e comercialização.



Figura I. Requisitos para a recuperação de línguas ameaçadas [elaboração própria com base em Méndez (2013, p. 21)]

O apoio estatal e legal é essencial para desenvolver programas educacionais e de integração linguística que rejeitem as políticas de repressão e extermínio, como aconteceu na construção das nações latino-americanas. Ao mesmo tempo, os direitos conquistados e explícitos na legislação dos países (como os citados neste estudo) não é suficiente sem que haja uma participação ativa dos povos indígenas na construção de conhecimento, planejamento linguístico e políticas públicas.

Alinhados ao trabalho de Méndez (2013), ampliamos a proposta dos “requisitos para a recuperação de línguas ameaçadas”, enriquecendo-a com algumas reflexões e propostas para o fator de codificação, padronização e ativismo social, pois julgamos urgente e pertinente para a discussão engendrada neste artigo. Problematicamos, pois, sem sermos exaustivos, como esses requisitos podem aparecer no cenário multilíngue e multicultural da Amazônia Legal.

Na Amazônia Legal, ou Amazônia brasileira, a situação sociolinguística atual é preocupante, pois de uma estimativa de 718 línguas indígenas amazônicas que havia no

início do século XVI, foram extintas 438 línguas e outras 243 línguas podem não passar de cinco décadas (LIMA; SOUSA; MELLO, 2022).



Figura 2: Localização da Amazônia Legal e Internacional

A Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, instituiu o conceito de Amazônia Legal (fig. 2), com o objetivo de promover e planejar o desenvolvimento da região. Ela ocupa um total de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados, que corresponde cerca de 60% do território brasileiro, onde vivem 12% da população total do país e 55% da população indígena brasileira. Essa região de floresta amazônica envolve nove estados brasileiros, são eles: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins (SILVA-REIS; BAGNO, 2018). Além da população falante de português, línguas de imigração e outras, vivem nessa região populações tradicionais (povos ribeirinhos e comunidades quilombolas), o que intensifica ainda mais a heterogeneidade étnica e cultural da região. Para abordar os requisitos mencionados anteriormente, focaremos nas línguas indígenas, considerando os aspectos históricos, o status de línguas autóctones e o número de línguas indígenas e falantes dessas línguas.

Rodrigues (2015) fala que o número médio de falantes por língua na Amazônia Legal está em cerca de 1.000. O número de falantes de uma língua indígena pode variar muito e aquelas com menor número de falantes tem maior probabilidade de desaparecer. De acordo com o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as línguas indígenas mais usadas no Brasil são o tikuna, com mais 34 mil falantes, falado no estado do Amazonas. As línguas Guarani Kaiowá e Kaingang têm mais de 20 mil falantes. Ainda fazem parte da lista de mais faladas, as línguas Xavante e Yanomami com mais de 10 mil falantes. Cerca de 110 línguas indígenas têm menos de 400 falantes cada, 40 línguas são faladas por menos de cem pessoas e outras não têm mais de 20 falantes. Rodrigues (2015, p.45) aponta ainda que as línguas amazônicas com menos de 200 falantes são um total de mínimo 61 línguas e aponta no mesmo estudo que os últimos falantes de Kokáma e o último falante de Baré identificado no país morreram e das línguas Anambé, Kuruáya, Xipáya só há falantes idosos e os sobreviventes do povo Amanayé só lembram expressões soltas de sua língua.

Diante desses dados é urgente o trabalho de documentação e descrição linguística com financiamento do estado brasileiro, considerando todos os documentos oficiais que a legislação vigente dispõe e a urgência do trabalho com essas línguas. Essas pesquisas devem se concentrar na descrição, codificação e padronização dessas línguas com a criação de gramáticas, dicionários, materiais de ensino e instrumentos tecnológicos de acesso gratuito e online como aplicativos, websites e softwares que auxiliem na pesquisa, ensino e divulgação do conhecimento científico. Ao mesmo tempo, investir extensão universitária e disseminação desse conhecimento para a sociedade indígena e não indígena.

Defendemos ainda a educação como um importante elemento de construção de identidade, uma ferramenta que auxilia no processo de criação de pertencimento cultural. A educação escolar indígena deve ter por princípio um currículo diferenciado, articulação professor-aluno-comunidade, organização da escola (estrutura física, administrativa e de formação). Sabendo que o espaço escola/universidade durante anos na América Latina foi

homogêneo, sem espaço para o individualismo e a alteridade, defendemos uma resposta para os problemas acima, isto é, a implementação de um modo intercultural no ensino de línguas na América Latina e novas políticas linguísticas (ERDÖSOVA, 2013; DUBIN, 2022; MIRANDA DE OLIVEIRA; FIGUEIRA-CARDOSO, 2022; RUDOWSKI, 2022). Essa educação para e com os falantes da língua autóctone, passa pela compreensão da noção de política linguística que inclua práticas sociais, culturais e comunicativas desses falantes.

Assim, importa ressaltar que a noção de política linguística que defendemos deve ser compreendida como um conjunto de medidas e ações implementadas pelo Estado para regular e incentivar o uso e a promoção das línguas em uma região ou país específico<sup>3</sup>, inclui-se ainda as práticas linguística reconhecidas pelos povos indígenas (comunidades ribeirinhas, quilombolas). Do de vista glotopolítico, essas ações influenciam as relações linguísticas, isto é, as relações sociais que nas sociedades indígenas tem na oralidade a sua principal modalidade de educação e transmissão de saberes, valores e crenças. Este fenômeno conecta as ações normativas ou antinormativas com os fatos mais notórios da política linguística, tanto vertical quanto horizontalmente, já que “toda decisão que modifica as relações sociais é, do ponto de vista do linguista, uma decisão glotopolítica” (GUESPIN; MARCELLI, [1986] 2021, p. 24). Lagares (2021, p. 53) argumenta que a pesquisa nessa área deve entender o desenvolvimento da “personalidade social”, considerando a natureza linguística e social de toda prática de linguagem.

Dessa forma, na socio-história das línguas no Brasil podemos observar que a extinção das línguas indígenas, imposta pelos colonizadores europeus, impactou profundamente o modo como os povos indígenas comunicavam e conservavam seus conhecimentos, perpetuando relações de dependência e dominação na América Latina

---

<sup>3</sup> O texto de Severo (2013) é bom estudo em que se trata de explicitar, na medida do possível, as relações de poder inscritas em algumas práticas de descrição e intervenção na relação entre as línguas, as línguas e a tecnologia, as línguas e os sujeitos, e as línguas e uma dada geopolítica.

(BOLÍVAR CHARRIS et al, 2022: 452), conseqüentemente modificando as relações sociais com marcas estruturais na sociedade brasileira. Assim, a importância de compreender como a comunidade se identifica sociolinguisticamente é vital para garantir a vitalidade da língua. A língua não é apenas um meio de expressar identidade, mas também uma ligação temporal, permitindo o acesso a conhecimento e experiência. Esforços contínuos são necessários para evitar o desaparecimento das línguas. Nesse sentido, ressaltamos que a Constituição Federal do Brasil (1988) nos artigos 210 e 231 são marcos importantes no reconhecimento dos direitos indígenas, uma conquista impulsionada pela auto-organização e a criação de organizações regionais, nacionais e até transfronteiriças. Isso inclui a escolarização indígena, com currículos diferenciados e materiais didáticos específicos, em conformidade com os direitos das etnias (MAHER, 2016).

Contudo, Luciano (2017), pesquisador indígena, adverte as iniciativas para os direitos sociais dos povos indígenas devem ser progressivas e holísticas, valorizando a identidade cultural sem se limitar à materialidade linguística. Nesse sentido, Héctor Díaz-Polanco (2008; 2010) reflete sobre as dificuldades teóricas e políticas na abordagem da demanda de autonomia dos povos indígenas, principalmente pela esquerda clássica latino-americana. A negligência em relação ao reconhecimento da diversidade fortalece as teses liberais contrárias aos direitos indígenas sobre terras e recursos naturais (VERDUM, 2009).

No Brasil, podemos citar políticas mais radicais, como as defendidas durante o governo de Bolsonaro (atualmente inelegível por oito anos após julgamento no Supremo Tribunal Federal), geraram consequências adversas para os povos indígenas. Um exemplo foi flagrante é a situação dos indígenas Yanomami em Roraima, que enfrentaram mortes por desnutrição, doenças tratáveis e fome, uma crise que se tornou pública em janeiro de 2023. Em contraste, o atual governo brasileiro comandado por Lula da Silva tem demonstrado uma postura em favor da proteção da vida e línguas indígenas. Ao tomar ciência das condições alarmantes em que se encontravam os Yanomami, o governo



mobilizou diversos ministérios de seu governo. Notavelmente, o Ministério dos Povos Indígenas, liderado por sua, Sônia Guajajara, primeira mulher indígena a ocupar esse cargo, organizou uma força-tarefa destinada a reverter essa situação, amplamente reportada pela mídia brasileira.

### À GUISA DE CONCLUSÃO

Neste artigo, lançamos luz sobre a intrincada teia de relações de poder e aspectos socio-históricos que marcam a diversidade e complexidade linguística da América Latina, com enfoque especial na configuração das línguas e políticas linguísticas na Amazônia brasileira. Respondendo à questão central de nossa pesquisa, identificamos como a dimensão estrutural e relacional de poder se manifesta e como as hierarquias impactam a política linguística para as línguas minorizadas na região.

As línguas, conforme delineado, não são meros veículos de comunicação; elas são, fundamentalmente, elementos intrínsecos da identidade cultural de um povo. A perda de uma língua é, por consequência, a perda de uma rica tapeçaria de saberes, histórias e modos de ver o mundo. Conforme destacado no trabalho, as línguas indígenas são particularmente valiosas, atuando como reservatórios de conhecimentos e sabedorias, e sua preservação é imperativa não apenas do ponto de vista cultural, mas também científico.

A atenção dada à hierarquia linguística e epistêmica e suas consequências revela o peso das decisões políticas em moldar o destino dessas línguas. O legado colonial na América Latina, que favorece línguas hegemônicas em detrimento das línguas indígenas, tem consequências significativas, não apenas em termos de representação linguística, mas também na forma como diferentes formas de conhecimento são valorizadas ou marginalizadas. Acreditamos, portanto, que o caminho a seguir envolve a implementação de políticas robustas para promover a diversidade linguística, garantindo o direito das comunidades indígenas e afro-latino-americanas às suas línguas e saberes. Isso exige

investimentos em educação, documentação linguística, e uma verdadeira valorização dos saberes e práticas destas comunidades.

É, contudo, importante reconhecer que nosso estudo, embora abrangente, não é exaustivo. As complexidades das relações de poder, política e língua na América Latina são vastas e multifacetadas, e muito mais pesquisa é necessária para compreender plenamente a situação e trabalhar em direção a soluções eficazes. Assim, encorajamos pesquisadores e ativistas a se aprofundarem nessa temática e criar estratégias inovadoras para garantir a preservação, uso e produção de conhecimento sobre e nas línguas e culturas da América Latina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Latinoamérica Indígena en el Siglo XXI. Washington, 2015. Disponível em: <

<http://documents.worldbank.org/curated/en/541651467999959129/pdf/Latinoam%C3%A9rica-ind%C3%ADgena-en-el-siglo-XXI-primera-d%C3%A9cada.pdf> >.

Acesso em 06/02/2023.

BARZOTTO, Valdir Heitor. Enseñanza de lectura y escritura: construyendo relaciones vitales entre el sujeto, su idioma y su cultura. In: *Revista Boletín Redipe*, v. 7, n. 9, p. 63-70, 2018.

BAXTER, Alan. Portuguese as a pluricentric language. In: CLYNE, Michael. (Ed.). *Pluricentric languages: differing norms in different nations*, v. 62, p. 11-44, 1992.

CEPAL. Los pueblos indígenas en América Latina. Santiago: UNICEF-CEPAL, 2020. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/infografias/los-pueblos-indigenas-en-america-latina>>. Acesso em 08/12/2022.

BOLÍVAR CHARRIS, Dalma Milena; MONSALVO LUGO, Jenifer Marian; PEÑARANDA OSORIO, Emma Luz; ACOSTA OROZCO, César José. De la colonialidad lingüística a las luchas por el reconocimiento de las lenguas minoritarias.

*Encuentros. Revista De Ciencias Humanas, Teoría Social Y Pensamiento Crítico.*, (15), 450–463. <https://doi.org/10.5281/zenodo.5980149>

CHAUCA, Roberto; RAGAS, José. Presentación del dossier Ciencia, conocimiento y sociedad. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 71, p. 7-12, 2021.

CHIRIBOGA, Oswaldo Ruiz. O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do sistema interamericano. *SUR Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 3, n. 5. p. 42-69, 2006. Doi: <<https://doi.org/10.1590/SI806-64452006000200004>>.

CISNEROS-ESTUPIÑAN, Mireya; MAHECHA-BERMÚDEZ, Miguel Ángel. Enseñanza de la (s) lengua (s) en Colombia desde una perspectiva glotopolítica. *Cuadernos de Lingüística Hispánica*, n. 35, p. 157-178, 2020.

COSTA, Francisco; FIGUEIRA-CARDOSO, Samuel. “University Outreach, Indigenous Knowledge, and Education: A Project with the Pataxó in Brazil”. In: *European Journal of Interdisciplinary Studies*, v. 14, p. 39-55, 2022. DOI: <<http://doi.org/10.24818/ejis.2022.03>>.

DÍAZ-POLANCO, Hector. “Los dilemas de la diversidad”. *GEOgraphia*, v. 8, n. 15, 4 fev. 2010.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. *Gobernar em la diversidad posneoliberal. Gobernar (en) la diversidad*. México: CIESAS, 2008.

DUBIN, Mariano. *Lenguas indígenas en la producción de conocimiento académico: una revisión crítica desde el sistema universitario argentino*. In: *Revista de Letras-Juçara*, 6.2, p. 49-72, 2022.

ERDÖSOVÁ, Zuzana. *La universidad intercultural latinoamericana como un fenómeno múltiple. Una aproximación desde la teoría de los modelos educativos ecuatoriano y mexicano*. In: *Cuadernos interculturales*, v. 11, n. 21, p. 59-84, 2013. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55229413004>>. Acesso em 05/02/2023.

FIGUEIRA-CARDOSO, Samuel; BORGES, Alexandre. Brief history of general languages and language policies in colonial Brazil. In: *Bucharest Working Papers in Linguistics*. University of Bucharest, XXIII, 1, 79-93, 2021. DOI: 10.31178/BWPL.23.1.4

FIGUEIRA-CARDOSO, Samuel; DUBIN, Mariano. Entre encantados e outras criaturas sobrenaturais: A identidade linguístico-cultural híbrida do Brasil e da Argentina em narrativas orais. In: *Revista del CESLA. International Latin American Studies Review*, (30), 2022: p. 1-20. DOI: <<https://doi.org/10.36551/2081-1160.2022.30.1-20>>.

GALTUNG, Johan. A Structural Theory of Imperialism. In: *Journal of Peace Research*, 8, 2, p. 81-117, 1971.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: *Revista crítica de ciências sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008. Doi: <<https://doi.org/10.4000/rccs.697>>.

GUESPIN, Luís; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Pela glotopolítica. *Línguas*, n. 83, p. 5-34, 1986.

HALL, Stuart. *Identidades Culturais na Pósmodernidade*. Trad. SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LIMA, Ademar dos Santos; SOUSA, Rosineide Magalhães de; MELLO, Antonio Augusto Souza. Amazônia: as últimas línguas indígenas sobreviventes. In: *Tellus*, p. 133-171, 2022.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 26, n. 62, p. 295-310, maio/ago., 2017.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. Sendo índio na cidade: mobilidade, repertório linguístico e tecnologias. *Revista da Anpoll*, Londrina, PR, n. 40, p. 58-69, 2016.

- MÉNDEZ, Eva Núñez. Minorías lingüísticas y derecho a las lenguas. In: *Journal Revista Internacional d'Humanitats*, 16 (27), p. 7-28, 2013.
- MIGNOLO, Walter D. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Duke University Press, 2011. JSTOR, <<https://doi.org/10.2307/j.ctv125jqbw>>. Acesso em 31/01/2023.
- MIGNOLO, Walter. *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- MIRANDA DE OLIVEIRA, Carolina; FIGUEIRA-CARDOSO, Samuel. "Multilingualism and Indigenous School Education in Brazil: past, present, and future challenges". In: *Multilingual Margins*, 9(2): 15-29, 2022. Doi: <<https://doi.org/10.14426/mm.v9i2.261>>.
- NARDI, Jean Baptiste. Línguas minoritárias e memória. In: *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 12, n. 1, p. 117-134, 2010.
- OEI: Organización de Estados Iberoamericanos. Desafíos para una ciencia en español y portugués. Nota conceptual, 2021. Disponível em: <<https://oei.int/oficinas/secretaria-general/eventos/desafios-para-una-ciencia-en-espanol-y-portugues>>. Acesso em 04/02/2023.
- OLKO, Justyna; SALLABANK, Julia (eds.). *Revitalizing Endangered Languages: A Practical Guide*. Cambridge: Cambridge UP, 2021.
- OVIDE, Evaristo. Las TIC y las culturas minoritarias en un mundo global. *Teoría de la educación: educación y cultura en la sociedad de la información*, 9 (2), 95-113, 2008.
- PAIVA, Vera Lúcia de Menezes Oliveira e. *Manual de Pesquisa em Estudos Linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- QUISPE-COLLANTES, Roxana. Saberes en peligro: adquisición, enseñanza y exclusión del quechua en el Perú. In: *Revista de Letras Juçara*, 6.2. p. 229-240, 2022.

- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Biodiversidade e diversidade etnolinguística na Amazônia. In: *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 1, n. 1, p. 38-46, 2015.
- RUBIM, Altaci Corrêa; BOMFIM, Anari Braz; MEIRELLES, Sâmela Ramos da Silva. Década internacional das línguas indígenas no Brasil: o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. In: *Working Papers em Linguística*, v. 23, n. 2, p. 154-177, 2022.
- RUDOWSKI, Tomasz. Vías a la modernidad. Noción y concepto de desarrollo en América Latina: un marco teórico. In: Czerny Mirosława, Serna Mendoza Ciro Alfonso (ed.), *Globalización y desarrollo sostenible*. Varsovia: WUW, p. 69-82, 2018.
- RUDOWSKI, Tomasz. Edukacja interkulturowa w szkole. Lekcje z Ameryki Łacińskiej. In: *Poradnik młodego nauczyciela*. Kapelusz z Kwiatami - Wydawnictwo Edukacyjne, Zgorzelec, p. 59-69, 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: Justice against epistemicide*. New York: Routledge, 2016.
- SCHMELKES, Sylvia; BALLESTEROS, Ana Daniela. *Formação de docentes indígenas em alguns países da América Latina Corporate*. Buenos Aires: UNESCO IIEP, 2020.
- SEVERO, Cristine Gorski. Política (s) linguística (s) e questões de poder. In: *Alfa: Revista de Linguística* (São José do Rio Preto), v. 57, p. 451-473, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5132>>. Acesso em: 28/07/2023.
- SHAHJAHAN, Riyad A.; ESTERA, Annabelle L.; SURLA, Kristen L.; EDWARDS, Kirsten T. "Decolonizing" curriculum and pedagogy: A comparative review across disciplines and global higher education contexts. *Review of Educational Research*, 92(1), 73-113, 2022.

SIPPEL, Juliano. Política e Planejamento Linguístico da Língua Guarani no Paraguai e Formação Docente. In: *E-Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP*, n. 9, p. 19-32, 2021.

SILVA-REIS, Dennys; BAGNO, Marcos. “A tradução como política linguística na colonização da Amazônia brasileira”. *Revista Letras Raras*, 7.2, 8-28, 2018.

SUAU, Andreu. *Lenguas Minorizadas y Política Internacional en el Espacio Iberoamericano. Red de Estudios Estratégicos y Diplomáticos*, 2021. Disponível em: <<https://www.redestudiosestrategicos.com/wp-content/uploads/2021/05/Andreu-Lenguas-minoritarias-iberoamericanas-3.pdf>>.

TORTOSA, José M. *Política Lingüística y lenguas minoritarias: de Babel a Pentecostés*. Madrid: Tecnos, 1982.

TORTOSA, José M. *Polityka językowa a języki mniejszości: Od Wieży Babel do Daru Języków*. Warszawa: PIW, 1986.

VERDUM, Ricardo. *Povos indígenas: Constituições e reformas políticas na América Latina*. INESC, 2009.

WALSH, Catherine. “Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado”. In: *Tabula rasa* 9, p. 131-152, 2008.